



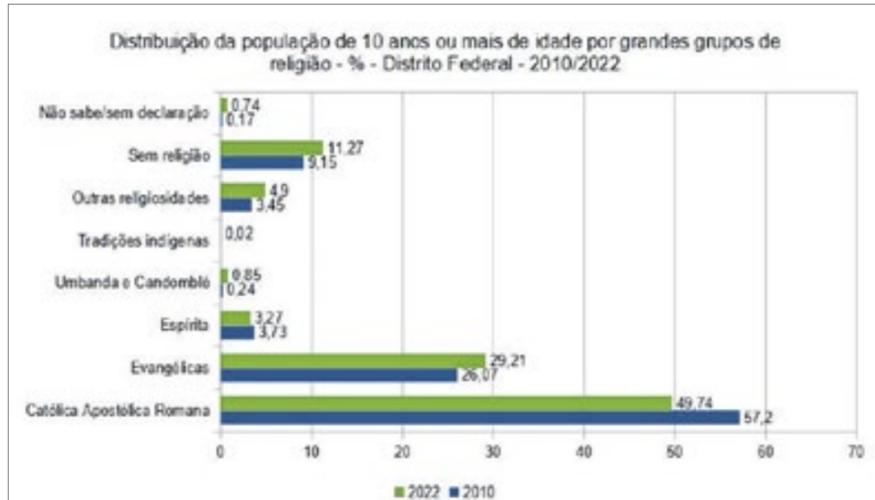
BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Número de católicos reduz 7,5% no DF, afirma IBGE

Entre 2010 e 2022, houve aumento de 3,1% de brasileiros evangélicos. Também houve aumento nos que declaram não ter religião

IBGE - Censo 2022



Resultados do Censo 2022 no DF demonstram redução no número de católicos e avanço entre evangélicos

Renato Alves/Agência Brasília

Resultados do detalhamento do Censo Demográfico 2022, divulgados na última sexta-feira (6) pelo IBGE, com o recorte na religião declarada pelos entrevistados, confirmou os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A) de 2024, feita pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF), divulgada em abril.

Ambas as pesquisas indicaram que os praticantes da religião católica não representam mais a maioria dos brasileiros. Na pesquisa do IBGE, os católicos somaram 49,7% em 2022. Já a PDAD, feita dois anos depois, indicou um percentual ainda menor: 46,8% se declararam católicos.

Segundo o IBGE, a partir da comparação entre os censos de 2010 e 2022 (considerando a população com 10 anos ou mais de idade), houve redução na participação de católicos apostólicos romanos no Distrito Federal, saindo de 57,2% em

2010, para 49,7% em 2022, redução de 7,5 pontos percentuais.

A PDAD-A de 2024



Eventos da religião católica, como a celebração de Pentecostes, reúne milhares de fiéis

trouxe pela primeira vez a pesquisa por religião, o que não permite essa análise comparativa. Mas, a partir dela, pode-se afirmar que a maior parte dos católicos do DF reside na Candangolândia (57,2%), no Lago Sul (56,5%), no Park Way (54,6%), no Cruzeiro (54,3%) e em Taguatinga (53,9%).

Na ponta oposta, a Região Administrativa menos católica é o Varjão (34,2% da população), seguida pelo Paranoá (34,9%), SCIA/Estrutural (35,4%), Sol Nascente e Pôr do Sol (36,8%) e Fercal (37,3%).

Evangélicos crescem no DF

Por outro lado, o Censo 2022 do IBGE observou o aumento de 3,1 pontos percentuais entre os evangélicos, passando de 26,1% em 2010 para 29,2% em 2022.

Esse resultado é bastante próximo ao obtido pela PDAD-A de 2024, que revelou que 28,3% dos brasileiros se declararam evangélicos. Mas há Regiões Administrativas com percentual muito mais alto de evangélicos, como em Água Quente (41%). As regiões administrativas do SCIA/Estrutural e a do Paranoá trazem um dado relevante: em

ReportArch/Andrea Ferro



Matheus Seco, Luciana Saboia e Eder Alencar, curadores do Pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza

Evento traz os curadores do Pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza

No dia 12 de junho, às 10h, no CineSystem CAIXA Casapark, o Casapark Prime Talks recebe os curadores do Plano Coletivo Luciana Saboia, Matheus Seco e Eder Alencar para falar sobre a mostra que acontece no Pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza 2025, inaugurado no dia 10 de maio.

Entre os temas que se-

rão abordados estão os caminhos formais, técnicos e criativos que deram origem à instalação. Voltado principalmente para arquitetos e designers de interiores, o evento está aberto à inscrição do público interessado pelo assunto, mas sujeito à disponibilidade de vagas.

A entrada é gratuita e as vagas limitadas a 200 lugares. As inscrições são

gratuitas e devem ser feitas pelo Sympla <https://x.gd/Lr8QO>.

Em (RE)INVENÇÃO, o coletivo propõe um diálogo entre saberes ancestrais e práticas arquitetônicas contemporâneas. Em dois atos, o pavilhão explora desde a engenhosidade de sociedades indígenas milenares até estratégias projetuais atuais que ressignificam nossas cidades.

O projeto parte de uma reflexão sobre as recentes descobertas arqueológicas de infraestruturas ancestrais do território amazônico para considerar as contradições e questionar condições socioambientais da cidade contemporânea. O Plano Coletivo, que colabora diretamente com a proposta, tem entre seus membros André Velloso, Daniel Mangabeira, Henrique Coutinho, Guilherme Lassance, Cauê Capillé, Sérgio Marques e Carolina Pescatori.

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Milhares de fiéis se reuniram na Esplanada dos Ministérios para uma celebração evangélica

ambas, há mais evangélicos do que católicos.

No SCIA/Estrutural, 40,8% se disseram evangélicos frente a 35,4% de católicos. No Paranoá, as duas religiões têm percentuais muito próximos: evangélicos são 35,2% e os católicos somam 34,9%.

No Riacho Fundo II, 38,1% se declararam evangélicos. O percentual também é alto no Recanto das Emas (35,8%) e no Paranoá (36,2%).

Aumento entre os que se dizem sem religião

Entre as Unidades da Federação, segundo o IBGE o

Distrito Federal registrou a sexta maior proporção de pessoas

que se declararam sem religião (11,3%) em 2022, apresentando aumento de 2,1 pontos percentuais, se observado o Censo de 2010.

A PDAD-A de 2024 indicou um percentual ainda maior: 17,7% dos brasileiros afirmaram não ter religião. Por Região Administrativa, algumas aparecem bem acima da média, como o Varjão (com 36,5%) e Samambaia (35,5%). Outras RAs também têm número expressivo de brasileiros sem religião,

como a Fercal (25,6%), Arapoanga (24,2%) e Lago Norte (23,5%).

Dados sobre espíritas e religiões afro

No Distrito Federal, os dados censitários do IBGE de 2022, também indicaram um pequeno declínio na religião

espírita (-0,4 pontos percentuais), passando de 3,7% em 2010, para 3,3% em 2022.

Na PDAD-A de 2024, os espíritas representaram 3,3% da população do DF e estão em sua maioria no Sudoeste/Octogonal (9,4%), no Lago Norte (8,5%) e no Plano Piloto (8,2%).

O censo do IBGE revelou, por outro lado, que houve aumento na religião umbanda e candomblé, que saiu de 0,2% em 2010, para 0,9% em 2022, crescimento de 0,7 pontos percentuais.

Os dados do IBGE de 2022 são iguais aos que foram revelados pela PDAD-A de 2024 para esse grupo religioso: os seguidores de religiões de matriz africana representaram os mesmos 0,7% da população brasileira.

Entre as Regiões Administrativas, o Plano Piloto (com 1,4% da população) é a mais representativa.

Dino derruba multa contra a greve

Na mesma decisão, ministro dá prazo para DF explicar falta de repasse do INSS aos professores

Bruno Peres/Agência Brasil

Por Thamiris de Azevedo

Após reunião de negociação entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e a Comissão de Negociação do Sindicato dos Professores (Sinpro), realizada na última quinta-feira (5), a categoria decidiu manter a greve, mesmo diante da multa diária de R\$ 1 milhão imposta por decisão da desembargadora do Tribunal de Justiça do DF, Lucimeire Maria da Silva. Em resposta à condenação, o Sinpro apresentou uma Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 4 de junho. Na sexta-feira (6), o ministro Flávio Dino determinou a suspensão da multa.

Para Dino, a sanção aplicada pela magistrada violou

princípios de proporcionalidade, razoabilidade, adequação e menor onerosidade ao condenado que, por antecedente do próprio Supremo, deve fundamentar as medidas judiciais de natureza civil.

“Trata-se de providência que compromete a liberdade sindical e a efetividade do direito de greve, assumindo natureza punitiva, e não meramente indutiva, o que é expressamente vedado por esta Corte”, considera Flávio Dino.

O ministro, contudo, não atendeu ao pedido do Sindicato para que fosse afastada a abusividade da greve declarada pela Justiça distrital. Antes de analisar o ponto, ele pediu mais informações à desembargadora responsável e ao governo do DF.

INSS

Além da interrupção da multa, o ministro decidiu que o GDF deve prestar informações, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o alegado pelo sindicato sobre a inadiplência no repasse das contribuições previdenciárias dos professores temporários ao INSS desde outubro de 2022.

Em entrevista à reportagem, o advogado do Sindicato, Lucas Mori, explica que mais de 17 mil professores temporários não estão cadastrados no sistema do INSS.

“Entre os 25 mil professores que dão aula e são regentes, 17 mil são temporários. E eles obrigatoriamente precisam estar vinculados ao

INSS. O governo desconta do salário dos professores, faz o pagamento do INSS, mas não envia as informações sobre os repasses. Essas pessoas ficam descobertas dos benefícios previdenciários. Então, se elas ficarem doentes, não conseguem se afastar. Se precisarem se aposentadas por invalidez, também não vão conseguir, porque no sistema do INSS aparece como se elas estivessem desempregadas”, explica.

“Ajuizamos uma ação em 2024 sobre esse assunto e, em audiência, o DF ainda em dezembro de 2024, se comprometeu a regularizar a situação até janeiro de 2025. Agora, em maio, ainda não cumpriu”, declara.



Dino considerou a multa sobre os professores abusiva